

953.615-9-02 como Gestora Suplente, a Escrivã de Polícia **ISABEL MUNIZ CORRADINI**, matrícula nº 655.753-8-01 como Fiscal Titular e o Escrivão de Polícia **ROBERTO CARDOSO STRUVE**, matrícula nº351.191-0-02 como Fiscal Suplente da Ata de Registro de Preços nº005/SELIC/PCSC/2025, decorrente do Pregão Eletrônico – PE nº092/SELIC/PCSC/2025, processo SGPe PCSC 19326/2025.

GUSTAVO OLIVEIRA ALTEMAR

Delegado de Polícia
Coordenador Adjunto do Fundo de Melhoria da Polícia Civil
Cod. Mat.: 1088866

PORTARIA Nº 271/DIAF/DGPC/PCSC, de 11/06/2025

O COORDENADOR ADJUNTO DO FUNDO DE MELHORIA DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições, conforme dispõe a portaria nº 1425/GAB/DGPC/PCSC de 17/06/2024, publicada no DOE/SC nº 22288 de 18/06/2024, combinado com o disposto nos arts. 116 a 119 da Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019, e art. 9º, IV, do Decreto Estadual nº 1.180, de 13 de abril de 2022, resolve **DESIGNAR** o Agente de Polícia **MARCOS AURÉLIO BORGES**, matrícula nº916.078-7-01 como Gestor Titular e a Escrivã de Polícia **SAMARA PAZINI**, matrícula nº619.431-1-01 como Gestora Suplente do Contrato nº152/SECOA/PCSC/2025, processo SGPe PCSC 40052/2023.

GUSTAVO OLIVEIRA ALTEMAR

Delegado de Polícia
Coordenador Adjunto do Fundo de Melhoria da Polícia Civil
Cod. Mat.: 1088330

PORTARIA Nº 18/PCSC/DGPC/GEPLA, DE 12 DE JUNHO DE 2025.

O Delegado-Geral da Polícia Civil, no uso das atribuições estabelecidas no art. 11, inciso VI, do Decreto 1.860, de 13 de abril de 2022, e, tendo por fundamento o art. 117, combinado com o art. 184, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, **Resolve:**
Art. 1º - Designar a servidor **Wellington Gustavo Spiaci** – Matrícula 0650186-9-01, cargo de Delegado de Polícia Civil, para atuar como **GESTOR**, e o servidor **Anderson Luiz Loss** – Matrícula 0658401-2-01, cargo de Agente de Polícia Civil, para atuar como **FISCAL**, do Convênio 2025TN000657, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, por meio da Polícia Civil, e o Município de Porto União, tendo por objeto “repassar à PCSC recursos financeiros para o custeio,aquisição de equipamentos e contratação de serviços para facilitar as atividades da polícia judiciária a fim de aprimorar as atividades de investigação e atendimento ao público, especificamente para cobrir despesas com aquisição de insumos, manutenção de equipamentos e a melhoria das condições de trabalho das unidades policiais vinculadas à Delegacia Regional, garantindo maior eficiência nas investigações”, cuja vigência iniciou em 11/06/2025 e encerra-se em 10/06/2030.

Art. 2º - Ao gestor e ao fiscal designados, na forma do artigo anterior, sob pena de responsabilidade, compete o fiel cumprimento do disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021, que se dará pelo cumprimento das responsabilidades constantes do instrumento firmado.
Art. 3º - À Gerência de Planejamento e Avaliação da Delegacia-Geral da Polícia Civil de Santa Catarina compete a supervisão e orientação dos procedimentos de fiscalização, incluindo a adoção de medidas cabíveis nas hipóteses em que lhe sejam comunicadas irregularidades na execução dos convênios.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
ULISSES GABRIEL
Delegado-Geral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 1088446

PORTARIA Nº 1609/GAB/DGPC/PCSC, de 12/06/2025.

A Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, por seu Delegado-Geral, no uso de suas atribuições legais e em consonância com os preceitos do **art. 226 da Lei 6.843/86 – Estatuto da Polícia Civil de Santa Catarina e dos arts. 3º, §3º e art. 25 e seguintes da LC 491/2010**, resolve **DESIGNAR** os servidores **Paulo Henrique Ferreira de Deus**, Delegado de Polícia de Entrância Final, matrícula nº 658.299-0, **Luis Felipe Del Solar Fuentes**, Delegado de Polícia de Entrância Especial, matrícula nº 356.694-3 e **Gustavo Kaiber**, Delegado de Polícia de Entrância Final, matrícula nº 658.316-4, todos Policiais Cívis de Santa Catarina, para comporem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, a ser presidido pelo primeiro, que deverá ser concluído, se possível, no prazo de 60 (sessenta) dias, com a finalidade de apurar eventual cometimento de infração disciplinar atribuída ao Delegado de Polícia, de entrância inicial, **L.G.de A.** matrícula nº 966.324-0 porque ele, em tese, teria violado normas estatutárias ao a): ser desidioso na gestão de delegacia de polícia, na medida em que, ao que parece, existirem ali mais de 140 (cento e quarenta) inquéritos policiais paralisados, guardados sem qualquer atenção em uma sala, tendo afirmado que desconhecia a existência destes na unidade por ele gerida; b): não cumprir as requisições judiciais e ministeriais, nem cumprir os prazos investigativos com medidas cautelares, culminando em revogação das medidas, causando prejuízo à persecução penal;

c): ter violado sigilo funcional em razão de conceder entrevista comentando a prática de possível crime de latrocínio, divulgado fotos da cena do local e detalhes da investigação que não era de sua atribuição; d): ter violado sigilo funcional em programa de rádio por ele apresentado, ao mencionar informações que conhecia em razão do cargo de delegado de polícia e que não deveriam ser divulgados; e): ter descumprindo as normas e sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima de crime contra a dignidade sexual ao postergar o pedido de depoimento especial, somente o fazendo depois de finalizado o inquérito policial, ao passo que teria determinado, durante a investigação, a escuta especial de criança vítima; e f): manifestar-se em programa de rádio por ele apresentado de forma a vincular as opiniões pessoais como sendo posição oficial da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, violando a Resolução n. 04/GAB/DGPC/PCSC/2022; incidindo assim, em tese, na prática das infrações administrativas dispostas nos **artigos 208, inciso XV** (deixar de cumprir, na esfera de suas atribuições, as normas legais a que está sujeito) e **inciso XVII** (portar-se de modo inconveniente em lugar público, causando desprestígio a organização policial) e **artigo 210, inciso XIII** (ineficiências desidiosa no exercício das suas atribuições) e **inciso XVIII** (revelar ou facilitar a revelação de assuntos sigilosos que conheça em razão do cargo) **c/c art. 204 caput todos da Lei nº 6.843/86 – Estatuto da Polícia Civil de Santa Catarina.**

ULISSES GABRIEL

Delegado-Geral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 1088555

EXTRATO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR – PCSC 00009599/2025

A Polícia Civil de Santa Catarina/Fundo de Melhoria da Polícia Civil, inscrita no CNPJ sob nº 07.188.579/0001-07, considerando o disposto nos autos do Processo PCSC **00009599/2025**, onde figura como contratada **TFI CONSTRUTORA E ENGENHARIA LTDA**, CNPJ **35.183.667/0001-51**, com fundamento no art. 87, II e III, da Lei 8.666/1993; no art. 110, II, e art. 111, IV, do Decreto nº 2.617/2009 que aprova o Regulamento Geral para Contratação de Materiais, Serviços, Obras e Serviços de Engenharia, no âmbito do Sistema Administrativo de Gestão de Materiais e Serviços - SAGMS, e estabelece outras providências; no Edital de Convite nº 160/SELOS/PCSC/2022, 11, 11.1, II, item II, e III, item IV; e no Contrato nº 181/SELOS/PCSC/2022, Cláusula Sétima, II, item II, e III, item IV, **DECIDE** pela aplicação de **multa** no valor de **R\$ 2.857,31** e aplicação de **suspensão** de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual pelo período de **6 (seis) meses**, em razão da rescisão do Contrato nº 181/SELOS/PCSC/2022 por culpa da contratada.

Florianópolis, 12 de junho de 2025.

Thiago de Freitas Nogueira

Delegado de Polícia Diretor
Diretoria de Administração e Finanças
Coordenadoria do Fundo de Melhoria da Polícia Civil

Cod. Mat.: 1088443

EXTRATO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR – PCSC 00012306/2025

A Polícia Civil de Santa Catarina/Fundo de Melhoria da Polícia Civil, inscrita no CNPJ sob nº 07.188.579/0001-07, considerando o disposto nos autos do Processo PCSC **00012306/2025**, onde figura como contratada **3D PROJETOS E ASSESSORIA EM INFORMATICA LTDA**, CNPJ **07.766.048/0002-35**, com fundamento no art. 155, III, e art. 156, II e III, da Lei nº 14.133/2021; no art. 156, II, e art. 162, da Lei nº 14.133/2021; no art. 4º, II, b, do Decreto nº 441/2024 que Regulamenta o procedimento para a apuração de infrações e aplicação de sanções administrativas no âmbito da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional, de que trata a Lei federal nº 14.133, de 2021, e estabelece outras providências; no Edital de Pregão Eletrônico nº 0007/DGLC/SEA/2024, 14, 14.2, 14.2.2; e Ata de Registro de Preços nº 000701/DGLC/SEA/2024, 13, 13.2, 13.2.4, 13.2.4.1, **DECIDE** pela aplicação de **multa** no valor de **R\$ 5.373,30**, em razão da entrega dos itens 00001 e 00002 da Autorização de Fornecimento nº 145/SECOA/PCSC/2024 com 32 (trinta e dois) e 35 (trinta e cinco) dias de atraso.

Florianópolis, 12 de junho de 2025.

Thiago de Freitas Nogueira

Delegado de Polícia Diretor
Diretoria de Administração e Finanças
Coordenadoria do Fundo de Melhoria da Polícia Civil

Cod. Mat.: 1088444

TURISMO

PORTARIA N. 25, de 13 de junho de 2025.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DO TURISMO, no uso das atribuições legais, com fundamento no art. 3º, inciso I, alínea “e”, do Decreto n. 1.158/2008.

RESOLVE

Art. 1º AUTORIZAR, nos termos do art. 9º do Decreto n. 3.421/2005

FRANCIELLY DE LIZ DA SILVA VICENTI, matrícula n. 0746407-0-01, portadora da CNH n. 0203XXXX704, com validade até 03/01/2034, conduzir veículo oficial da frota da SETUR ou cedido a esta.

Art. 2º Esta portaria tem validade até 31/12/2026.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Catiane Seif

Secretária de Estado do Turismo

Cod. Mat.: 1088496

AUTARQUIAS ESTADUAIS

ARESC – AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

EXTRATO DE JULGAMENTO

A Diretoria Colegiada da ARESA usando da competência privativa que lhe confere o artigo 7º, VI, da Lei Estadual 16.673 de 11 de agosto de 2015, publicada no Diário Oficial do Estado n.º 20.120, em 12 de agosto de 2015, e de acordo com o que foi deliberado nas sessões do dia 28/05/25, RESOLVE: DEFERIR os recursos referentes aos seguintes processos administrativos: Aresc 652/2020, Aresc 526/2020, Aresc 579/2020, Aresc 183/2020, Aresc 580/2020, Aresc 582/2020, Aresc 188/2020 e Aresc 596/2020 todos da empresa Viação Nossa Senhora dos Navegantes Ltda; Diretoria Colegiada - ARESA.

Cod. Mat.: 1088525

IMA – INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE

PORTARIA Nº 135/2025

A Presidente do Instituto do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina – IMA, no uso de suas atribuições previstas no art. 4º, inciso VI, do Decreto nº 1860, de 2022.

RESOLVE:

Art. 1º HOMOLOGAR, tendo em vista o que determina o § 4º, do art. 41, da Constituição Federal, incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998, c/c o Decreto nº 153, de 16 de abril de 2003, e no artigo 13 da Lei Complementar nº 676/2016 e o que consta nas avaliações de desempenho, o período de estágio probatório dos servidores da INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA, relacionados, nomeados por concurso público, declarando-os estáveis, a partir das datas especificadas:

Servidor	Matrícula	Cargo	A partir de:
BARBARA BAGIO	0965525-5-03	Engenheiro	18/04/2025
CLECIR MIGUEL NONNENMACHER	0643194-1-01	Engenheiro	31/05/2025
EDILBERTO VENCÃO	0640646-7-01	Engenheiro	08/04/2025

CAROLINA FERREIRA DOMINGUES

Presidente do IMA e.e.

Ato nº 1.159/2025 - DOESC nº 22.507

Cod. Mat.: 1088604

PORTARIA Nº 134/2025

A Presidente do Instituto do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina – IMA, no uso da atribuição prevista no Decreto nº 1860, 13 de abril de 2022, art. 4º, inciso III,

RESOLVE,

MOVIMENTAR INTERNAMENTE o servidor, MATHEUS MOLLERI SPECK, matrícula nº 0640841-9-01, da Gerência de Licenciamento Ambiental para Gerência de Análise Recursal.

Esta portaria entra em vigor a contar de 13/06/2025.

CAROLINA FERREIRA DOMINGUES

Presidente e.e.

Ato nº 1.159/2025 - DOESC nº 22.507

Cod. Mat.: 1088548

DETRAN – DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

PORTARIA N.º 641/DETRAN/PROJUR/2025, de 12/06/2025. O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SANTA CATARINA, por seu Presidente, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o processo eletrônico SGP-e DETRAN 85400/2025; **CONSIDERANDO** o processo eletrônico SGP-e DETRAN 0040826/2024;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 14.282/2021;

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar o Município da empresa despachante MARCELO